

## **REPORTAGENS, ENTREVISTAS E MANIFESTOS: A POLÍTICA TEATRALIZADA NA PARAÍBA DE INÍCIOS DO SÉCULO XX.**

**Giulianne Chrishina Barros dos Anjos** (PPGH/UFCG)

Percebemos que o movimento armado que Santa Cruz empreendeu, em contraposição ao governo do estado da Paraíba, foi permeado por diversas representações ao longo de sua duração. Estas representações advinham do próprio Santa Cruz, de seus aliados e de seus inimigos políticos, sendo que foram reelaboradas paulatinamente, na medida em que novos fatos iam acontecendo, e que ao mesmo tempo novos objetivos eram almejados.

A revolta de Santa Cruz advém das acusações que vinha sofrendo de ser mandante de assassinatos e de conflitos na sua região, além dos constantes estragos que vinham sendo feitos as suas propriedades pela força policial que dizia perseguir cangaceiros. Estes fatos, culminando com o total apoio do governo do estado ao seu rival local, Pedro Bezerra, levaram Santa Cruz a decidir-se por um enfrentamento armado com a polícia paraibana.

Ainda em 1911, Santa Cruz invadira Alagoa de Monteiro, prendera as maiores autoridades, como o prefeito, o promotor e outros coronéis poderosos na tentativa de convulsionar o estado e provocar a intervenção federal, mas é marcante neste acontecimento a alta importância conferida à prisão de um de seus “cabras”, ao fato de que tinha sido traído, pois Santa Cruz, após ter tido a palavra do juiz da cidade que não prenderia o tal cabra, havia convencido Peba (o tal cabra) a se apresentar à delegacia, não esperando, no entanto, que este ficasse preso, como ocorreu.

A partir dessa prisão, Santa Cruz é constantemente provocado pelas autoridades locais, que diziam que se ele fosse soltar o “cabra”, ficaria também preso, ameaças que visavam deixá-lo fora da política do município. Era intenção de Santa Cruz se submeter a júri, mas diante da situação que se instalou, na qual a sua moral vinha sendo abalada, amargando ainda o gosto de uma traição, coisa extremamente grave em uma sociedade pautada pelo valor da palavra empenhada, ele decidiu-se por revidar a traição, por vingar a sua honra.

Todos os fatos que daí se desenrolaram, vão desde a fuga para o Ceará e a proteção de Pe. Cícero, culminando na volta de 1912 e na invasão de várias cidades paraibanas, são marcados pelo desejo de se contrapor aos mandos e desmandos da oligarquia que governava a Paraíba, podendo então dizer que se constituía assim esse movimento em uma revolta no interior do sistema oligárquico, uma vez que Santa Cruz era um líder político, um coronel, que vinha sendo desprestigiado pela oligarquia estadual e que estaria tentando retomar seu prestígio político.

Em todos os escritos que Santa Cruz publicou na imprensa, buscando justificar suas ações, ele reitera que tudo partiu da perseguição que ele, sua família e seus correligionários vinham sofrendo em Alagoa do Monteiro, ou seja, a sua representação com relação à revolta é de que

esta traduzia o direito de defesa de cidadãos oprimidos. Mas quais ações foram essas? Como se deu o conflito armado com as forças do governo?

Antes de tudo é necessário dizer que, na nossa compreensão, o movimento de Augusto Santa Cruz consistiu em dois momentos distintos. O primeiro, em 1911, no qual ele ainda cogitava a possibilidade de um apaziguamento com o governo do estado, tendo-se aí, inicialmente, a tentativa de, pela demonstração de força e da humilhação principalmente a Pedro Bezerra, se reconciliar com o governo; e depois quando ele pensou em vender suas propriedades para o Estado e deixar a região.

O segundo momento, em 1912, se dá quando, já sem nenhuma esperança de apaziguamento, Santa Cruz assume ligações explícitas com o grupo político de oposição na Paraíba, representado pelo Partido Democrata, e parte para o enfrentamento armado com chefes locais do Partido Republicano de importantes cidades paraibanas, se dizendo defender a campanha em prol do candidato opositor ao governo do estado, Coronel Francisco do Rego Barros. Como estes dois momentos, através dos discursos da imprensa, serão objetos de análise detalhada dos próximos capítulos, cabe aqui fazermos apenas um breve relato de como se desenrolaram os fatos, para podermos compreender as representações de Santa Cruz sobre eles.

O desenvolvimento do conflito em 1911 consistiu na invasão que Augusto Santa Cruz, e seu grupo de homens, realizaram na sede do município de Alagoa do Monteiro. Dirigiram-se primeiro à Cadeia Pública, lá chegando soltaram Peba e os demais presos, além de destruírem o prédio e de alguns soldados terem sido mortos. Depois, foram em busca das autoridades da cidade: Pedro Bezerra, o juiz, o promotor, e alguns “coronéis” importantes. Encontrando-os, foram mantidos aprisionados por cerca de trinta dias, num total de cinco reféns. Em vias de um confronto com as forças policiais, deixaram o município com destino ao Juazeiro, sendo os reféns libertados durante o trajeto. Com a chegada da polícia à fazenda de Augusto, como este já havia deixado-a, realizou-se uma completa destruição de suas instalações.

Em inícios de 1912, Santa Cruz e seus homens retornam a Paraíba, é a partir daí que ele se diz partidário da campanha Rego Barros à presidência do estado. Alegando que o governo estadual vinha cometendo fraudes para conseguir eleger seu candidato, Santa Cruz, aliando-se a Franklin Dantas, ex-chefe político de Teixeira, parte para a invasão a algumas cidades do interior paraibano, na tentativa de pressionar os líderes locais a apoiarem a candidatura de Rego. No entanto, apesar de obter sucesso inicialmente nos enfrentamentos armados com os alvaristas, o grupo de Santa Cruz e Dantas acabou derrotado.

São estes fatos resumidamente que constituem o drama que, partindo de Alagoa do Monteiro, se instaurou na política do estado da Paraíba entre 1911 e 1912, e que teve seus contornos desenhados por seus principais atores através da publicação de manifestos pela imprensa, os quais serão analisados pela linguagem dramática que os caracteriza. Linguagem

esta que nos remete ao fenômeno da teatralização política, tal qual discutida por Georges Balandier e José Murilo de Carvalho. Um dos manifestos foi o do tabelião Epaminondas de Azevedo, publicado pelo jornal *O Norte* no dia 09 de maio de 1911, três dias depois de Augusto Santa Cruz ter invadido Alagoa do Monteiro.

Neste manifesto, Epaminondas relata os desentendimentos políticos locais que desembocaram no conflito armado, mas, além disso, ele nos conduz a um trajeto no qual passaremos a caminhar a partir de agora, que é percorrer os domínios de discursos políticos imersos na dramatização. A respeito das intrigas políticas em que o tabelião se diz envolvido, este afirma que após o rompimento entre Santa Cruz e Pedro Bezerra

Seguiu-se uma série de profundos desgastes e injustos sofrimentos dos quais tenho fugido como o habitante das fraldas do vulcão foge diante da torrente de lava incandescente que lhe invadiu a casa; mas esses sofrimentos e desgostos me têm procurado com uma insistência cruel, servindo eu até hoje de repasto à mentira e à calúnia. (AZEVEDO apud JORNAL O NORTE, 9 maio, 1911)

Ocorre que Epaminondas se colocando como vítima de uma leva de injustiças e recorrendo ao uso da metáfora, insere sua perseguição em um drama, drama este construído cuidadosamente através de um jogo de palavras, que já de início visa impactar e sensibilizar aqueles que o lêem. Esta fala de Epaminondas pode ser corroborada com outros três manifestos, dois de Augusto Santa Cruz e um de seu irmão Miguel, todos publicados pelo jornal *Estado da Parahyba*.

No entanto, são os manifestos dos irmãos que primorosamente encarnam a dramatização política, sendo marcados por uma linguagem rebuscada e altamente metafórica. O primeiro escrito por Augusto constitui mais uma tentativa de acordo com o governo do estado, é um texto no qual elenca argumentos para justificar as ações que acabara de cometer, ou seja, a invasão a Monteiro e a prisão de suas principais autoridades, poderia ser paradoxalmente intitulado “*O drama pela liberdade*”. O manifesto é encaminhado ao presidente João Machado e já no início Augusto deixa claro contra quem age, dirige-se de forma ostensiva ao “*prefeito e chefe*”, como ele mesmo chama Pedro Bezerra.

Trata-se de um drama pela liberdade, porque Augusto inicia o texto contrapondo o “*jugo tirano da politicagem estúpida e intolerável*” de Pedro Bezerra à necessidade de defender seus direitos, sua liberdade, sendo a partir disso que ele compara a situação vigente em Alagoa do Monteiro à escravidão. Assim, Augusto utiliza a metáfora da escravidão para caracterizar a situação pela qual ele e seus correligionários vinham passando, na qual a propriedade e a liberdade estariam sendo sacrificadas, sendo esta situação que o impulsionou a agir, como ele mesmo coloca

Resolvemos quebrar o duro grilhão que nos prende ao duro poste da maldita escravidão, a que estamos jungidos, levantando o grito de liberdade ou morte. A falta de garantias em que permanecemos, o terror que nos domina, pelo assassinato, o espancamento, o mau trato e o castigo infligidos ao povo, pela espingarda, o sabre e o cipó de boi deram causa ao grande clamor que nos chamou às armas para defendermos nossos

direitos, vidas, propriedades e liberdades assaltados pela prepotência e pelo crime. (SANTA CRUZ apud JORNAL ESTADO DA PARAHYBA, 7 maio, 1911, p. 1)

Desta forma, percebemos que Augusto vai envolvendo suas ações em um manto alinhavado por um discurso político dramático, no qual os papéis e os atores principais estão claramente explicitados. Sob o tema da liberdade, a encenação teatral conta com os seguintes protagonistas: *Pedro Bezerra*, chefe dos “opressores”, caracterizado como “*o verdugo prefeito e chefe que, impondo-se pelo terror, julga-se um soberano, sem deveres a cumprir para com o povo, ao qual afigura-se e trata, como um carrasco senhor ao sabor de sua supina ignorância e fria perversidade!!!*” (SANTA CRUZ apud JORNAL ESTADO DA PARAHYBA, 7 maio, 1911, p. 1)

*Augusto Santa Cruz*, chefe dos “oprimidos”, os quais têm como única aspiração

sermos livres e firmamos o grande princípio da soberania popular, pelo exercício do direito de livremente elegermos o nosso chefe, conservá-lo enquanto bem servir, repudiar e apeia-lo do poder quando não mais corresponder à confiança pública, à estima e à vontade geral de seus administrados. (SANTA CRUZ apud JORNAL ESTADO DA PARAHYBA, 7 maio, 1911, p. 1)

E por último, o *Exmo. Sr. Dr. João Machado*, árbitro do conflito, “*homem educado, terno e amante da paz*”, ao qual coube “*a difícil e honrosa missão de resolver o grave problema de ordem pública, agora submetido a sua sábia decisão, sem consultar nem ouvir caprichos pessoais ou ódios partidários, ...*” (SANTA CRUZ apud JORNAL ESTADO DA PARAHYBA, 7 maio, 1911, p. 1) Percebe-se como o discurso de Augusto a respeito de João Machado, até então, não era carregado de contestação política, mas ainda de uma certa submissão.

No roteiro dramático delineado por Augusto, Pedro Bezerra é a encarnação do senhor despótico que persegue, humilha e maltrata física e moralmente seus subalternos. Resumindo suas palavras, podemos dizer que ele é um ser ignorante, que deve ser banido do poder, por ser indigno do cargo, por já não possibilitar a confiança pública em si.

Já Santa Cruz se reveste com a capa de guardião dos princípios democráticos, recorrendo a eles para embasar seus discursos, questionando a sua condição de suprimido do processo político, tal como os escravos eram, e a perpetuação do poder de Pedro Bezerra. Invocando artigos das constituições federal e estadual, que tratam da liberdade do cidadão, ele dá o ultimato a João Machado

Se for satisfeita a nossa proteção legal e única aspiração, renderemos as nossas armas seremos obedientes ao governo, ao qual prestaremos os nossos serviços com a máxima dedicação e lealdade.

.....  
Exmo. Sr., queremos a restauração de nossa liberdade, anistia e perdão geral para todos os atos praticados desde o início desta malfadada questão, comprometendo-nos, sob palavra de honra, de restituir à liberdade todos os prisioneiros reféns, esquecer todos os ódios e desistir das vinganças reclamadas, pelas graves ofensas recebidas, se formos felizes, e bem assim, jurando em nome da revolução ante o altar sagrado de nossa liberdade, derramar a última gota de sangue com as armas na mão, se nos forem negados o direito e a justiça que reclamamos em nome da ordem, da lei e da razão. (SANTA CRUZ apud JORNAL ESTADO DA PARAHYBA, 7 maio, 1911, p. 1 - grifos nossos)

Através deste manifesto, percebemos claramente que o seqüestro das autoridades monteirenses que Santa Cruz realizou em 1911, configura-se como uma ação derradeira na busca por demonstrar, aos dirigentes da política paraibana, que ainda detinha de força e prestígio local, o que lhe credenciaria a ser reconduzido ao posto de representante e chefe do Alvarismo em Alagoa do Monteiro. Além disso, conceitua suas ações como uma **revolução**, sendo que a partir de seus escritos acreditamos que o sentido desta palavra para ele referia-se tão somente à retirada de Pedro Bezerra da chefia política do município, ao contrário do que se percebe no discurso do jornal *Estado da Parahyba*.

Na medida em que João Machado atendesse às exigências de Santa Cruz, ocorreria, portanto, a sua reconciliação com os oligarcas estaduais, não havendo, portanto, o desejo incontestado de rompimento. No entanto, o “árbitro” do conflito não atuou atendendo ao roteiro de ameaças escrito por Augusto, manteve-se firme no apoio a Pedro Bezerra, para o qual enviou a força policial em auxílio. Mas, o mais interessante é o paradoxo em que consiste este manifesto, pois construindo um drama em defesa de seu direito à liberdade, que dizia vir sendo sobrepujado, Augusto Santa Cruz faz intimidações ao governo do estado por meio de ameaças aos seus reféns, ou seja, àqueles que estão, mesmo que momentaneamente, desprovidos da tão propalada liberdade.

Assim, toda a série de violência que se desenrolou por mais de um ano na Paraíba vai ser representada por Santa Cruz como sendo a resposta necessária aos desmandos que vinham sendo cometidos pelos partidários do governo do estado. Mas invadir Alagoa do Monteiro rodeado por um grupo armado e prender as autoridades da cidade era também uma forma de mostrar que, mesmo despojado de qualquer apoio político institucional ou partidário, Santa Cruz ainda possuía força de mobilização, para a qual Pedro Bezerra não era páreo.

Buscar as autoridades judiciais e as aprisionar era uma forma de desforra com seus desafetos, que além de traírem, vinham sistematicamente ameaçando de prisão, o antigo juiz e promotor da comarca. Os conflitos ocorridos em 1912, refletindo o fato de que nenhum acordo com o governo do estado seria possível, compreendem a tentativa final de Santa Cruz por retomar um lugar de prestígio na conjuntura política estadual, mais uma tentativa frustrada. Os objetivos políticos pessoais de Santa Cruz ficam é claro subentendidos, pois a versão dramática que construiu para os fatos insere todo o conflito em uma luta pela defesa dos princípios democráticos, como ele reitera no manifesto que publicou após o fim do conflito. Neste texto, sobre as invasões ocorridas em 1912, ele diz que

Aqui chegando, [ao retornar do Juazeiro] surgiu a candidatura do Cel. Rego Barros à presidência do meu Estado. Oprimido e malsinado pelo governo dominante, aceitei-a e declarei que pela sua vitória fazia até o sacrifício de minha própria vida.

Agitaram-se as coisas e, na véspera do pleito, insurgimo-nos contra as violências e a fraude do governo que, a todo transe, queria vencer a eleições, sem reconhecer a lei e o direito do adversário. (SANTA CRUZ apud NUNES, 1997, p. 489 - grifos nossos)

Vislumbramos, portanto, desta forma a representação construída por Augusto para seu movimento, percebendo que do começo ao fim ele mantém a justificativa de que suas ações foram uma contraposição à opressão e uma defesa da democracia. Já o manifesto de Miguel Santa Cruz, intitulado *Ao país e aos meus conterrâneos*, poderia ser chamado “*O drama pela liberdade II*”, uma vez que, fazendo uso de uma linguagem extremamente rebuscada, ele continua a linha de defesa traçada por Augusto. Dirigindo-se contra a imprensa governista, Miguel relata no texto que

Tudo finalmente fizeram esses panfletários, que têm no cérebro a habilidade maldita da intriga e que, fisicamente, onde deviam ter a alma e o pudor, têm um espaço negro e vazio. Depois de haver aurido com a impossibilidade do Cristo todas as gotas do cálice de amarguras, venho desincumbir-me de um dever de honra que é-me imposto pela fraternidade e sociedade.

Sim, porque somente agora ergo a face altiva diante, da densa atmosfera de ódio criada contra meu irmão pela calúnia perversa de adversários políticos. (SANTA CRUZ apud JORNAL ESTADO DA PARAHYBA, 7 jun., 1911, p. 1)

Assim, passa a evidenciar que, como o próprio “manifesto revolucionário” expôs, o que ocorreu em Alagoa do Monteiro foi uma “revolução”, a qual lutava contra o despotismo que alegava vigorar na política da cidade; fazia questão de reiterar essa idéia apesar de ter “*a convicção que para a sociedade pura e só dos meus patrícios e conterrâneos, o fragor da mentira e da deformação jamais pôde passar dos ouvidos para a alma*.” (SANTA CRUZ apud JORNAL ESTADO DA PARAHYBA, 7 jun., 1911, p. 1) Desta forma, Miguel tenta, além de justificar a insurreição de seu irmão, arregimentar o apoio dos leitores à causa de Augusto, buscando sensibilizar, através de um discurso em que enfatiza o drama “de amarguras” vivido por toda a família Santa Cruz.

Contraopondo-se às “*adjetivações infamantes*” conferidas a Augusto pela imprensa, Miguel caracteriza o irmão o qualificando de um homem de “*nobres e belos sentimentos de clemência e humanidade*”, algo que teria sido demonstrado pela atitude que tomou de libertar “*generosamente, e incólumes, seus inimigos, reféns da Revolução de Alagoa do Monteiro, ...*” (SANTA CRUZ apud JORNAL ESTADO DA PARAHYBA, 7 jun., 1911, p. 1)

No entanto, estes sentimentos teriam faltado ao “*seráfico Governo do Estado e aos seus desalmados turifários*.” Miguel remete-se desta forma ao governo do estado quando fala sobre o envio da força policial para Alagoa do Monteiro, uma vez que, em sua opinião, teria sido esta que verdadeiramente ameaçou as vidas tanto dos “revolucionários”, como dos prisioneiros. Rivalizam-se, portanto, a imagem de um Augusto nobre e bem intencionado e a imagem do governo do estado que age por meio de calúnias imbuídas de ódio político.

Concentrando realmente seu discurso combativo na direção do governo estadual e de sua imprensa, Miguel retoma a metáfora da escravidão ao afirmar que

Eles que transformaram a imprensa e a tribuna, ambas filhas da liberdade, num horripilante sinistro pelourinho!

Vêem, portanto, os meus patrícios que meu irmão, Dr. Augusto Santa Cruz, vibrando o bravo revolucionário na faixa longínqua do solo paraibano, usou de um direito sublime e

consagrado aos povos que sofrem e agonizam sob o terror da prepotência e do despotismo. (SANTA CRUZ apud JORNAL ESTADO DA PARAHYBA, 7 jun., 1911, p. 1 - grifos nossos)

Neste sentido, Miguel faz questão de focar “o arrasamento canibalesco da propriedade alheia”, ou seja, a destruição feita pela polícia à fazenda de Augusto, após sua retirada com os reféns, faz isso com o intuito de demonstrar como o direito à propriedade fora desrespeitado, como a liberdade transformara-se em “*uma mentira.*”

O toque dramático maior do manifesto de Miguel se encontra na sua fala sobre a “*paixão do ódio político*” que se abateu contra seu irmão, na medida em que ele diz que

Para com ele [Augusto] de há muito, esse ódio tem sido mortal, desumano, Tão implacável e tão impiedoso, como implacáveis e impiedosas são as ondas brutais de um oceano raivoso num naufrágio e como as labaredas assombrosamente rubras de um incêndio pavoroso, que a tudo destrói e reduz a cinzas. (SANTA CRUZ apud JORNAL ESTADO DA PARAHYBA, 7 jun., 1911, p. 1)

Percebe-se, então, que, metaforicamente, Augusto estava rodeado por ondas que podiam a qualquer momento afogá-lo, ou ainda na iminência de ser tragado pelo fogo e se transformar em pó. Ou seja, as ondas e/ou o fogo eram os adversários de Augusto que o envolveram em uma rede de intrigas para fragilizá-lo politicamente, o imergirem no ostracismo e enfim erradicá-lo do cenário político.

Assim, o manifesto de Miguel se configura como mais um discurso em justificativa e defesa das ações de Augusto, sendo que, ao ser publicado quando já tinham sido debeladas todas as ações do governo estadual contra seu irmão, buscava também rebater a imagem, criada pela campanha difamatória promovida através da imprensa governista, de que Augusto não era nada mais do que um “facínora”. Essa campanha foi promovida pelo jornal *A União*, em contraposição à realizada pelo jornal *Estado da Parahyba*, para o qual Augusto Santa Cruz era um “revolucionário” contra as oligarquias.

O jornal *A União*, que trazia durante o conflito quase diariamente notícias sobre os acontecimentos ocorridos em Alagoa do Monteiro, nos exemplares pesquisados, não noticiou a devastação e mesmo as deserções que as tropas paraibanas teriam sofrido em meio ao combate a Santa Cruz e seu bando, o que, é claro, não é de se estranhar por de se tratar de um jornal estatal. No *Estado da Parahyba*, jornal oposicionista, em sua edição de 2 de junho de 1911, refuta-se as informações trazidas pelo *A União* e questiona-se qual o real estado da situação em Alagoa do Monteiro, como se percebe no exposto a seguir

Seja como for, – tenha ou não havido em Alagoa do Monteiro os horrores de uma grande tragédia ou simples conseqüências da passagem das forças d’este Estado e do de Pernambuco, por aquela região convulsionada pelo desespero de uns e a prepotência de outros, a sociedade Parahybana precisa saber a verdade do ocorrido.

.....  
Qual foi o numero e quaes são os nomes dos mortos e feridos?

Entre estes estão os prisioneiros em refém e o chefe da revolução em Alagoa do Monteiro? Quaes as providencias tomadas pelo Presidente do Estado para estabelecer a ordem, depois de ter levado a anarchia à toda parte, onde seus representantes perseguem e oprimem o povo, – exploram e aviltam a liberdade, a justiça e os direitos de nossos conterraneos?

Como também não é de se estranhar, através dessa passagem, percebemos que o jornal oposicionista se detém em colocar a responsabilidade dos acontecimentos no governo estadual, na medida em que o denomina de causador da anarquia que se instalara, opressor do povo. Ao falar em revolução e em vitória da causa republicana, compreendemos que o jornal está se remetendo justamente ao ideário que alicerçou as salvaçãoes hermistas que começavam a se espalhar pelo país. O governo do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) contava com o apoio dos militares moralizadores que viam nas oligarquias que dominavam o Estado brasileiro, os grandes responsáveis por toda a conjuntura de crises que o país enfrentava, sendo esses militares que o pressionam a apoiar uma política de intervenção nos estados para estabelecer governos militares, ou apoiados por militares, em substituição aos oligarcas.

O *Estado da Parahyba* diz, em 7 de junho de 1911, na matéria intitulada Políticas de Mentira, que a democracia fora “prostituída por elles mesmos...” Os “elles mesmos” referem-se ao grupo que o jornal não se cansa de reiterar que há vinte anos estava no poder, ou seja, a oligarquia alvarista. Na edição de 14/06/1911, ainda dentro desta questão, o jornal traz que

As sombras tragicas que ora os situacionistas projectam sobre a bandeira revolucionária do Dr. Augusto Santa Cruz e seus companheiros de reacção contra o despotismo da olygarchia Paraybana, teem a mesma espessura, o mesmo peso e a mesma instabilidade da lama sobre que nossos contendores levantam castellos de nuvens para sua defesa... (sic)

Diante do exposto, o jornal *Estado da Parahyba* ao tratar o conflito de 1911 como um ato revolucionário em busca da moral republicana perdida devido à presença nefasta das oligarquias, sendo Augusto Santa Cruz dia após dia denominado em suas matérias como um chefe revolucionário, nos leva a compreender que esse primeiro momento do movimento já se firmava no ideário das salvaçãoes hermistas, isto no nível das construções discursivas da oposição paraibana, não tanto no de Santa Cruz.

A opinião do jornal *A União* sobre o motivo da eclosão do conflito pode ser resumida no seguinte

A verdade ha de triumphar, como já vae acontecendo, mostrando a todos, à Parahyba, ao Paiz que o movel daquela grande calamidade foi a ambição de mando de um sanguinário, insuflado por políticos sem escrupulo e indignos da sociedade em que se acham e da civilização em que vivem. (sic) (A UNIÃO, 1911, p. 1)

Desta forma, para o jornal estatal a invasão à Alagoa do Monteiro, tratava-se da ânsia de Santa Cruz pelo poder, mas não apenas dela, pois era uma ânsia que havia sido alimentada por políticos sem escrúpulo, mas quem seriam esses políticos? Acima de tudo, Francisco Alves de Lima Filho, fundador e presidente do *Estado da Parahyba* e opositor-mor ao alvarismo, que era considerado o mentor intelectual dos feitos de Santa Cruz.

Voltemos agora nossa atenção para as citações feitas pelos jornais pesquisados a respeito dos cabras, dos homens que combateram ao lado de Augusto Santa Cruz. É interessante nos

utilizarmos aqui da entrevista concedida pelo padre Onofre ao jornal *A União*, em sua edição de 23 de maio de 1911, na qual ele, ao falar da estadia dos reféns e dos cabras na casa paroquial, diz que

...Em minha casa a lucta é sem cessar.

Pouco se dormia. A noite os cabras organisavam côcos, gritavam, discursando para imitar o dr. promotor público, praticando, enfim, toda sorte de desrespeito, sempre audazes e imperiosos.

O commandante da guarda de minha casa era um tal Germano, parente de Santa Cruz e ex-sargento de Policia de Pernambuco. (sic)

A análise deste trecho nos transporta para o arquivo de significados, de símbolos, destes cabras. Chamou-nos especial atenção o que o padre diz que os cabras realizavam cocos e imitavam o promotor, uma vez que através dele podemos compreender que esses homens, ao prenderem o prefeito, o promotor, os policiais, não só invertem os papéis entre as maiores autoridades e os considerados fora da lei, como também instituíram, capitalizaram para si, no sentido ceriteuniano, um espaço.

As ações dos homens do bando de Santa Cruz nesse espaço, consideradas por muitos como atos de selvageria, deixam-nos a possibilidade de alcançarmos as astúcias destas pessoas que, mesmo estando incluídas no sistema oligárquico em posições não privilegiadas, nas margens, não rompem com ele, mas constroem a sua poética, a sua criação de significados. Trata-se aqui de *“exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersiva, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da ‘vigilância’.”* (CERTEAU, 1994, p. 41)

É, portanto, nos detendo em ações que poderiam passar como atos desprovidos de uma significação de maior importância, que percebemos que estes homens iam se aproveitando das ocasiões que iam acontecendo em suas vidas para, dentro das suas possibilidades e de seu imaginário, inverter mesmo que temporariamente determinadas situações.

Em contraposição às formas de tratamento que o jornal *A União* utiliza com relação ao bando de cabras de Santa Cruz, entre as quais o chama de corja, quadrilha, o *Estado da Parahyba* o trata como parcela da população vítima de um governo despótico, como se percebe em matéria publicada no dia 13 de junho de 1911

... os acontecimentos d'Alagoa do Monteiro, senão tem o valor e os característicos de uma reacção social contra o despotismo da olygarchia que S. Exc. Preside, é, em todo caso, uma manifestação vehemente do desespero de uma parcela dos perseguidos, a quem o poder publico sobrecarrega de obrigações, sem garantir-lhes os direitos... (sic)

E continua em sua edição de 17 de junho

Devemos ter em vista sempre que esses 400 homens não se emoltaram para o latrocínio, como quer fazer crer a olygarchia parahybana. O seu chefe é um ex-amigo da situação hostilizado ferozmente por elle, desde que se desligou do partido e deu provas de uma esmagadora supremacia eleitoral. (...) Já dissemos que Santa Cruz praticou actos de lamentável desvario. A inclemência dos adversários perturbou-o. A sua razão pôde ter passado por eclipses dolorosos. Dessa agitação, dessa loucura, os responsáveis são os políticos cruéis que tentaram empobrece-lo e infama-lo. A invasão de Alagoa do Monteiro.

com seu o seu cortejo de violencias, foi o fruto de uma exaltação popular, de revolta manifesta contra os dominadores regionaes... (sic) (grifo nosso)

Ao evidenciar que Augusto Santa Cruz era um antigo aliado que se desvinculou da oligarquia alvarista, o *Estado* coloca que foi justamente a hostilidade com a qual os alvaristas passaram a lhe tratar que levou Augusto a cometer todos os atos que o próprio o Estado condena, sendo chamado a atenção, em diversas de suas edições, para o fato de que, com a incineração da fazenda Areal, um direito primordial como é o de propriedade havia sido flagrantemente atingido pelo governo estadual.

Mas, além disso, o referido jornal situa a violência do bando em suas ações como uma manifestação da insatisfação com o governo que não era só do chefe, mas que partira realmente também de toda população insatisfeita. Desta forma, as pessoas que apoiaram a revolta liderada por Santa Cruz, na opinião deste jornal, eram as que tinham como entendimento que a política paraibana era dominada desde 1892, ano em que se instala a oligarquia alvarista, pelo “vandalismo político”.

### **Considerações Finais**

Diante de tudo que foi exposto, compreendemos que o estudo das práticas políticas dos diferentes sujeitos nos leva a muito mais do que às questões políticas objetivamente formuladas, nos leva a visualizar todo o universo simbólico em que estes sujeitos estão inseridos, o qual alicerça toda a construção do seu imaginário, ou seja, a construção de suas vidas. Este imaginário é construído a partir de discursos que são divulgados após filtragens, nas quais se escolhe os assuntos e a forma de propagá-los, algo que é feito em consonância com objetivos marcados por interesses vinculados aos diferentes grupos que compõem a sociedade e que possuem um lugar próprio de poder de enunciação.

Assim, compreendemos que os jornais *A União* e o *Estado da Parahyba*, em meio aos embates que ocorrem em torno do poder, construíram significados marcadamente caracterizados por defesas de interesses bem delimitados, onde ao primeiro jornal cabia desqualificar peremptoriamente o Movimento de Augusto Santa Cruz, e ao segundo fornecer todo um embasamento político que legitimasse suas ações, quaisquer que fossem, uma vez que o que estaria sendo exposto era a insatisfação popular com os governantes, a partir do que suas ações deveriam ser vistas apenas como a luta do povo contra os desmandos da oligarquia alvarista. Estes significados foram construídos a partir de jogos de palavras, de toda uma linguagem dramática, metafórica e muitas vezes satírica que a todo custo objetivava arrebanhar adeptos e

defensores para si, algo que nos demonstra o quão teatralizada era a política do período estudado.